

Nesta Edição:

- CNI participa, no Congresso, de seminário da ANVISA;
- Comissões Mistas debatem Medidas Provisórias que integram o Plano Brasil Maior 2;
- PEC da música é debatida em audiência pública na CCJ do Senado;
- Decisões dos órgãos de Defesa do Consumidor não poderão ser consideradas título executivo extrajudicial;
- Gastos com formação profissional poderão ser deduzidos como despesa operacional na apuração do lucro real;
- CMA do Senado Federal sedia Diálogos sobre o Protocolo de Nagóia;

## CNI participa de seminário da ANVISA

A ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - promove durante esta semana no Congresso, seminários e audiências públicas. Seminário sob o tema "A Anvisa e o Desenvolvimento Social e Econômico do Brasil" aconteceu hoje com a participação de representantes de vários ministérios e da Confederação Nacional da Indústria.

A CNI foi representada pela Diretora de Relações Institucionais Mônica Messenberg Guimarães discorreu sobre os desafios da regulação sanitária e o desenvolvimento econômico e Social, apontando os resultados preliminares da aproximação CNI – ANVISA e uma agenda permanente de ações entre as duas entidades.

Os primeiros passos de aproximação resultaram AM visita institucional da CNI a ANVISA, a formulação de uma Agenda Propositiva e realização do I Workshop CNI-Anvisa. Anunciou para mais adiante, a formulação de uma Agenda sobre modernização do marco regulatório, um primeiro Seminário e por fim a assinatura de Termo de Cooperação Técnica.

Acordo, segunda Mônica, será assinado em junho e formalizará a cooperação entre as duas instituições. A parceria prevê, entre outras ações, que a CNI realize análises de impacto regulatório com o setor industrial. Essas análises, que têm como base metodologia adotada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), são feitas a partir de consultas ou pesquisas com as indústrias sobre regras que a Anvisa pretende adotar.

De acordo com Mônica Messenberg, a CNI ajudará a Anvisa a construir regras claras, transparentes e eficientes, porque as questões de vigilância sanitária têm forte impacto na competitividade industrial. "Uma economia robusta precisa de uma indústria forte e, para isso, é preciso construir um marco regulatório que apóie o desenvolvimento econômico".

A parceria entre as duas instituições será formalizada no Seminário CNI-Anvisa, que deve ocorrer no dia 13 de junho, na sede da CNI, em Brasília. Na ocasião, a Anvisa apresentará os resultados de propostas feitas pela CNI para melhorar as regras sanitárias nas indústrias de produtos médicos, cosméticos, alimentos, agrotóxicos e cigarros, além de sugestões para simplificar processos e reduzir prazos para registros de produtos na Anvisa.

## Comissões Mistas debatem as Medidas Provisórias que integram o Plano Brasil Maior 2

Ocorreu, na tarde de hoje, reunião conjunta das Comissões Mistas do Congresso Nacional destinadas a analisar as Medidas Provisórias nº 563 e 564 que integram o denominado Plano Brasil Maior 2.

A audiência pública contou com a presença de representantes dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Integração Nacional e da Ciência, Tecnologia e Inovação. Esses responderam a perguntas dos parlamentares, inclusive dos relatores, senador Romero Jucá (PMDB/RR) e deputada Rebecca Garcia (PP/AM).

Tanto parlamentares de oposição como de situação louvaram o estímulo que as medidas representam para o desenvolvimento da indústria nacional, limitando-se a indicar aperfeiçoamentos pontuais.

O senador Romero Jucá, falando sobre vários pleitos recebidos em relação à inclusão de outros setores nas medidas de substituição da contribuição sobre a folha de pagamentos por uma contribuição sobre a receita bruta, questionou sobre a visão do governo quanto à alteração da MP 563 para submeter novos setores a essa medida de desoneração.

Em resposta, o representante do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, afirmou que a inclusão de novos setores deve ser feita de forma gradual, observando-se análise da evolução das receitas previdenciárias.

As Comissões Mistas analisarão a admissibilidade e o mérito das medidas provisórias, antes da análise sucessiva dos plenários das duas casas legislativas, observando determinação do STF.

Nesta quinta-feira, dia 10/05, às 9:30h, acontecerá outra audiência pública sobre as medidas provisórias, com a participação da CNI, além de representantes do BNDES, Banco da Amazônia e DIEESE.

## PEC da Música é debatida em Audiência Pública na CCJ do Senado

Sob a presidência do senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realizou Audiência Pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição 123/2011, que concede imunidade tributária para fonogramas e videofonogramas.

A PEC é de autoria do Deputado Otávio Leite (PSDB/RJ); Participaram do evento representante da Receita Federal do Brasil, Fernando Mombelli; Saleh Mahmud Abu Hamdem representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, representado a CNI; presidente da Associação Brasileira de Produtores de Discos (ABPD), Paulo Rosa; diretora-executiva da Associação Brasileira de Música Independente (ABMI), Luciana Pegorer; Cristina Saraiva, do grupo de Articulação Parlamentar e Compositora; Felipe Radicetti, compositor e Vice-Presidente de Musimagem; Tomas Afonso Queiroz, superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus; Amaury Carlos Blanco, Presidente do Sindicato das Indústrias dos Meios Magnéticos e Fonográficos do Estado do Amazonas, além do compositor Raimundo Fagner.

A PEC está longe de ter consenso. Isso ficou claro nessa audiência pública. Se artistas, indústria fonográfica e produtores independentes estão unidos em defesa da proposta que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros, os representantes da Zona Franca de Manaus – que concentra o processamento dessas mídias – são contra essa desoneração, por temer que gere desemprego.

Ao final do debate, o presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), sinalizou a inclusão da matéria em pauta na reunião desta quarta-feira (9). Ele é relator da PEC da Música e recomenda a aprovação da imunidade tributária ao setor, cujo objetivo seria reduzir o preço dos produtos ao consumidor e combater a pirataria

## **Decisões dos órgãos de Defesa do Consumidor não poderão ser consideradas título executivo extrajudicial**

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal rejeitou, hoje, o PLS 320/201, que considera título executivo extrajudicial a decisão definitiva e líquida favorável ao consumidor exarada por órgão ou entidade estadual de defesa do consumidor, nos termos do parecer do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), que se manifestou pela rejeição.

A proposta apresentada fere frontalmente os princípios do devido processo legal, da ampla defesa, da razoabilidade e do acesso à Justiça, pois, dentre outras circunstâncias de fato e de direito que podem gerar legítimos questionamentos judiciais: (I) retira a possibilidade de discussão, pela empresa denunciada; (ii) dos aspectos da legalidade da decisão administrativa, com força de título extrajudicial; (iii) da razoabilidade de eventual multa aplicada; (iv) da competência da autoridade emissora da decisão; (v) da efetiva ocorrência do fato.

A proposição será arquivada, se não for apresentado recurso para levar a matéria à votação do plenário do Senado.

## **Gastos com formação profissional poderão ser deduzidos como despesa operacional na apuração do lucro real**

A Comissão de Educação do Senado Federal aprovou, hoje, o Projeto de Lei da Câmara nº 68/ 2011 que permite às empresas deduzir, como despesa operacional, na apuração do lucro real, os gastos por elas realizados com a formação profissional de seus empregados, em cursos de nível médio superior, bem como em outros cursos e atividades de educação profissional previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - artigos 39 a 42). Prevê, ainda, que os gastos não substituem ou complementam a remuneração devida a qualquer empregado beneficiado, não constituem base de incidência de encargos trabalhistas ou previdenciários e a eles não se aplica o princípio da habitualidade.

O texto aprovado estimula as empresas a financiar, parcial ou totalmente, a educação de seus empregados. Merece destaque na proposta o afastamento expresso da incidência de encargos trabalhistas sobre despesas com educação, tal medida deverá por fim às discussões judiciais em torno do tema e confere maior segurança jurídica.

A matéria segue para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

## CMA do Senado Federal sedia Diálogos sobre o Protocolo de Nagóia

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado sediou, esta tarde, o seminário internacional “*Diálogos sobre o Protocolo de Nagóia*”. O evento, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da sua Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), teve por objetivo debater o acordo internacional no contexto dos diálogos setoriais entre o Brasil e a União Européia.

O Protocolo de Nagóia trata do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados e da repartição justa e equitativa dos benefícios advindos de sua utilização. Ele resultou da 10ª Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade Biológica (CDB), em Nagóia, Japão, em 2010, e foi firmado pelo Brasil e outros países em fevereiro de 2011, nas Nações Unidas. Ele estabelece um tratado sobre a biodiversidade no qual as nações signatárias reconhecem o direito de cada país sobre a sua riqueza natural.

Em 2012, caberá ao Congresso Nacional ratificar o acordo internacional, bem como apreciar e aprovar os mecanismos legais que irão regulamentar, no Brasil, a implantação dos preceitos e compromissos nele contidos. Esse é um tema de fundamental interesse para diversos setores da indústria nacional, como os de biotecnologia, biocombustíveis, fármacos, cosméticos e alimentos, e permitirá o uso econômico sustentável dos recursos que constituem a rica biodiversidade brasileira.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) compôs a mesa de abertura com Roberto Cavalcanti, secretário da SBF/MMA, Anthony Gross, mediador dos debates e consultor do MMA, e Carlos Joly, do Departamento de Políticas e Programas Temáticos do MCTI. Em seguida, as apresentações que orientaram os debates foram feitas por Geoff Burton, pesquisador da Universidade das Nações Unidas, Matthias Buck, especialista em acordos multilaterais da Comunidade Européia, e Fernando Coimbra, da Assessoria Internacional do MMA.

O senador **Rodrigo Rollemberg** (PSB/DF) destacou a importância desse evento às vésperas da Rio+20, pois o uso inteligente e sustentável da biodiversidade é um pressuposto de uma economia verde. A preservação e o conhecimento da biodiversidade são fundamentais, mas o uso sustentável dependerá do desenvolvimento de tecnologia que agregue valor e produza riqueza para o País. Já **Roberto Cavalcanti** e **Carlos Joly**, representando o governo, identificam o tema como fundamental para o país, e que a implantação do protocolo está na estratégia nacional de ciência e tecnologia para os próximos cinco anos. Porém, é preciso um acordo no parlamento para a modernização da medida existente. Segundo eles, já temos um aprendizado que permite que o Brasil tenha uma legislação moderna que facilita o desenvolvimento da indústria de biotecnologia do século XXI. O protocolo regulamenta a matéria em nível internacional, o que fornece muito mais flexibilidade.

**Geoff Burton** explicou que o Protocolo tem três objetivos: conservação, uso sustentável, e que os países tenham direito a uma repartição justa dos recursos. Destacou como ele incentiva a pesquisa e ajuda no combate à biopirataria. E parabenizou o Brasil pelo seu papel de liderança regional e por convencer as partes de que o novo instrumento precisa ter dispositivos vinculantes, para que possa ser efetivo, mas flexíveis, para que cada país fica livre para decidir como vai implantá-lo.

**Matthias Buck** apresentou os trabalhos para a elaboração da legislação europeia de implantação do protocolo. Destacou o diálogo bastante estreito com o Brasil a respeito dessas negociações, e que a cooperação entre ambos foi fundamental para transpor alguns dos obstáculos e conseguir um tratado exitoso. O protocolo dá aos governos a oportunidade de se engajar com as diversas partes interessadas, desenvolver setores como o de biotecnologia, e fomentar a inovação. É também uma ferramenta que maximizará a pesquisa, pois assegura que os benefícios advindos delas retornarão para as comunidades originárias do conhecimento.

**Fernando Coimbra** discutiu os impactos da implantação do protocolo sob a perspectiva brasileira, como provedor de recursos biológicos. Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, o objetivo foi priorizar a repartição justa e equitativa dos benefícios: acesso, transferência e apropriação. Isso vai permitir uma estratégia de conservação e uso sustentável que respeite as populações que vivem desses recursos e também estimule a utilização desses recursos pela indústria. Concluindo, disse que alguns dispositivos, como os de transferência de tecnologia, ficaram aquém do que o Brasil gostaria, mas que o protocolo ajuda no desenvolvimento da ciência e da indústria, dando valor a diversidade, e poderá ajudar também a solucionar a crise de perda significativa da biodiversidade.